

## Idiomaticidade na gramática: uma abordagem construcionista dos padrões idiomáticos com “VÊ/VEJA SE S” no português brasileiro

Idiomaticity in grammar: a Construction Grammar approach to “VÊ/VEJA SE S”  
Brazilian Portuguese constructions

Dennis de Oliveira Alves<sup>1</sup>  
Diogo Oliveira Ramires Pinheiro<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo busca descrever duas construções idiomáticas com VÊ/VEJA SE S (ilustradas por enunciados como “Vê se me devolve meu livro” e “Veja se meio-dia é hora de acordar”) no português brasileiro contemporâneo, tomando como base o arcabouço teórico da Gramática de Construções Baseada no Uso. Do ponto de vista metodológico, recorreremos a uma análise quantitativa e qualitativo-interpretativa de dados extraídos do *Corpus* do Português. Em síntese, o que os dados demonstram é que essas construções idiomáticas são especializadas, respectivamente, na função de dirigir uma repreensão preventiva ao interlocutor e buscar a corroboração do interlocutor. Mais especificamente, a primeira construção expressa um comando para a realização de uma ação que, sob a perspectiva do falante, o interlocutor já sabia que deveria realizar. Já a segunda é usada para convidar o interlocutor a corroborar uma posição de discordância em relação a uma crença atribuída a um dado Sujeito de Consciência. A partir dessa análise, foi possível postular, ainda, a existência de uma construção mais abstrata que, do ponto de vista da forma, exhibe a sequência VÊ/VEJA SE S e, do ponto de vista do significado, preserva a semântica de avaliação negativa.

**Palavras-chave:** Construções idiomáticas. Construção de Repreensão Preventiva. Construção de Busca de Corroboração.

**Abstract:** This article aims to describe two idiomatic constructions with "VÊ/VEJA SE S" (illustrated by utterances such as "Vê se me devolve meu livro" and "Veja se meio-dia é hora de acordar") in contemporary Brazilian Portuguese, based on the theoretical framework of Usage-Based Construction Grammar. Methodologically, we employ both quantitative and qualitative-interpretative analyses of data extracted from the *Corpus* do Português. In summary, the data demonstrate that these idiomatic constructions are specialized in the functions of directing a preventive reprimand to the interlocutor and seeking the interlocutor's corroboration, respectively. More specifically, the first construction expresses a command to perform an action that, from the speaker's perspective, the interlocutor already knew they should perform. The second construction is used to invite the interlocutor to corroborate a position of disagreement regarding a belief attributed to a given Subject of Consciousness. From this analysis, it was also possible to postulate the existence of a more abstract construction that, in terms of form, exhibits the sequence "VÊ/VEJA SE S" and, in terms of meaning, retains the semantics of negative evaluation.

**Keywords:** Idiomatic constructions. Preemptive Reprimand Construction. Corroboration-seeking Construction.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Departamento de Linguística e Filologia, Programa de Pós-Graduação em Linguística. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Endereço eletrônico: [dennisalves@letras.ufrj.br](mailto:dennisalves@letras.ufrj.br).

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Departamento de Linguística e Filologia, Programa de Pós-Graduação em Linguística. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Endereço eletrônico: [diogopinheiro@letras.ufrj.br](mailto:diogopinheiro@letras.ufrj.br).

## Introdução

No português brasileiro (PB) contemporâneo, a sequência formal VÊ/VEJA SE S manifesta pelo menos dois padrões linguísticos idiomáticos, aqui ilustrados pelos exemplos (1) a (4):

- (1) Vê se me devolve meu livro.
- (2) Veja se não se atrasa.
- (3) Vê se isso é coisa que se faça.
- (4) Veja se meio-dia é hora de acordar.

A melhor maneira de atestar que estamos diante de padrões idiomáticos é comparando esses usos com outros que, embora manifestem a mesma sequência superficial, apresentam um significado diferente, que pode ser depreendido a partir da soma dos significados das partes componentes. Vejamos:

- (5) Vê se o *pix* caiu na conta.
- (6) Veja se parou de chover.

Como se percebe, os enunciados em (5) e (6) se qualificam como pedidos para que se veja (ou se verifique) se o estado de coisas expresso pela sentença completiva se sucede, (especificamente, se é verdadeiro, no momento da enunciação, que “o *pix* caiu na conta” e que “parou de chover”). Em (1) a (4), por outro lado, esse tipo de interpretação não se sustenta. Qualquer que seja o significado associado a esses usos, ele não pode ser obtido por meio da soma do valor semântico de seus elementos (“ver” + “se” + sentença completiva).

Grosso modo, poderíamos dizer que sentenças como (1) e (2) não se caracterizam como pedidos, podendo ser usadas, por exemplo, por alguém que prevê que seu interlocutor não devolveria seu livro, no caso de (1), ou se atrasaria para algum compromisso, no caso de (2), e então recorre a esses enunciados para tentar induzi-los, respectivamente, a devolver o livro e a ser pontual, fazendo uma repreensão preventiva. Já sentenças como (3) e (4) poderiam ser usadas para convidar o interlocutor a corroborar sua posição de discordância em relação a uma crença (nesses casos, as crenças de que fazer determinada coisa ou acordar ao meio-dia é aceitável/razoável). Apesar dessa análise preliminar, o exato significado associado a esses padrões idiomáticos, bem como o conjunto de propriedades formais que os caracterizam, está longe de ser autoevidente.

No que diz respeito à primeira construção, ilustrada por (1) e (2), o estudo de Alves, Pinheiro e Leite de Oliveira (2023) buscou investigar quando e como ela teria surgido no PB. Os autores propõem que essa construção idiomática, intitulada informalmente como Construção de Cobrança, é especializada na função de dirigir uma cobrança ao interlocutor e teria surgido no século XIX a partir de um mecanismo de neoanálise de construtos de uma construção de imperativo com complemento oracional. Mais especificamente, os autores propõem que, quando proferida em contextos nos quais, pragmaticamente, a relação entre os

interlocutores está baseada na existência de obrigações pré-estabelecidas do ouvinte para com o falante, instâncias de uma construção de imperativo com o verbo VER e complemento oracional dão margem a um processo de neoanálise, por meio do qual a sequência formada pelo verbo da oração matriz e o complementizador "se" é reinterpretada como um *chunk* e a sequência que designava o objeto da verificação é reinterpretada como uma oração independente. Esse processo, segundo os autores, faz emergir uma nova construção gramatical, que realiza um ato diretivo de comando para *realização* de uma ação (e não, simplesmente, para a *verificação* de um estado de coisas), de maneira tal que aquilo que era uma inferência propiciada por certos usos da construção-fonte se torna semanticizado como o próprio valor semântico convencionalmente associado à construção nova. No que diz respeito a esse estudo, fazemos uma ressalva em relação ao rótulo da construção. Por razões que ficarão claras na seção de análise, no presente artigo, nos referiremos a esse padrão como Construção de Repreensão Preventiva.

Alves e Pinheiro (no prelo), por sua vez, propõem que a segunda construção idiomática, ilustrada por (3) e (4) e intitulada informalmente como Construção de Discordância, é especializada na função de manifestar discordância e surge no século XX via analogização, mecanismo que produz, por analogia a um padrão já existente, alinhamentos de forma e função que não existiam antes. Segundo a proposta dos autores, uma inferência presente na Construção de Cobrança (a saber, a ideia de avaliação negativa) é usada como base para essa extensão analógica. Em outras palavras, o surgimento da nova construção se baseia em um raciocínio analógico capturado pela ideia de que, se é possível usar uma determinada estrutura para expressar a avaliação negativa de um comportamento potencial, é possível usar uma estrutura semelhante para expressar a avaliação negativa de uma crença atribuída a algum Sujeito de Consciência<sup>3</sup>. Quanto a esse estudo, uma análise posterior e mais aprofundada dos dados revelou uma mudança importante inclusive no que entendemos ser a função primária da construção. Por isso, neste artigo, passaremos a nos referir a esse padrão como Construção de Busca de Corroboração.

Embora esses dois estudos identifiquem quando e como as construções teriam surgido na língua, não trazem uma descrição sistemática desses padrões no PB contemporâneo.<sup>4</sup> Nesse sentido, buscamos, com este artigo, preencher esta lacuna. Para isso, pautamo-nos no modelo teórico da Gramática de Construções Baseada no Uso (GCBU) – a variante

---

<sup>3</sup> O termo "Sujeito de Consciência" tem sido utilizado em alguns trabalhos baseados na Teoria dos Espaços Mentais (Maat; Sanders, 2001; Sanders; Sanders; Sweetser, 2009; 2012) e é aqui utilizado para designar qualquer indivíduo ou conjunto de indivíduos dotado(s) de estados mentais.

<sup>4</sup> Para ser justo, embora o primeiro trabalho se volte preferencialmente para a trajetória diacrônica da construção e não traga nenhum tipo de descrição, reconhecemos que o segundo oferece *alguma* descrição. No entanto, a descrição oferecida no presente artigo, além de ser significativamente mais detalhada, incluiu algumas alterações relevantes (inclusive, conforme dito acima, aquilo que se considera ser a função primária da segunda construção e o "rótulo" informal de ambas as construções).

funcional-cognitiva da Gramática de Construções (GC) – e recorremos, do ponto de vista metodológico, a uma análise de dados reais extraídos do *Corpus* do Português<sup>5</sup>. Embora os dados tenham sido submetidos a análises quantitativas simples em função de alguns parâmetros, o estudo se valeu, principalmente, de uma análise qualitativo-interpretativa detalhada de todos os dados obtidos por meio do *corpus*, a fim de que se pudesse chegar a uma compreensão das propriedades formais e funcionais das construções.

O presente artigo está organizado como segue. Na próxima seção, dedicada aos pressupostos teóricos, apresentamos os princípios básicos da GC e, mais especificamente, da GCBU. Além disso, apresentamos conceitos pragmáticos relevantes para a nossa análise. Na seção seguinte, explicitamos as etapas e opções metodológicas adotadas para a investigação da construção em pauta. Na sequência, apresentamos a análise dos dados levantados. Finalmente, na última seção, destacamos os principais resultados desta análise.

### **Pressupostos Teóricos: GC, GCBU e tópicos em pragmática**

Nesta seção, trataremos da Gramática de Construções (GC) e, mais especificamente, da Gramática de Construções Baseada no Uso (GCBU), quadro teórico que norteia esta pesquisa. Serão apresentados aqui os princípios básicos do modelo e alguns conceitos pragmáticos que se farão relevantes para a nossa análise.

A GC é um modelo não-derivacional de representação do conhecimento linguístico surgido na década de 1980 como reação ao modelo gerativista a partir do trabalho de autores como Charles Fillmore, George Lakoff e Paul Kay (Fillmore, 1985; Lakoff, 1987; Fillmore; Kay; O'Connor, 1988). Apesar de haver muitos modelos filiados à GC, todos eles compartilham alguns princípios fundamentais, os quais passamos a descrever.

O primeiro deles é o de que as construções gramaticais, definidas como pareamentos convencionais de informações de forma (propriedades fonológicas, morfossintáticas e prosódicas) e de significado (aspectos semânticos, pragmáticos, discursivos e funcionais), podem descrever o conhecimento linguístico do falante em sua totalidade. Sob essa perspectiva, a gramática do falante passa a ser entendida como um inventário de construções gramaticais, e não mais como um sistema de regras derivacionais, como assume a tradição gerativa.

A título de exemplificação, podemos imaginar que uma palavra como “sol” é uma construção gramatical. Assim, em um de seus polos, encontramos informações formais – neste caso, a sequência fonológica /'soL/ – e, no outro, informações semânticas – neste caso, o conceito mental de sol. De igual modo, “des-” – um prefixo verbal – também se caracteriza como uma construção gramatical, uma vez que carrega informações que dizem respeito à sua

---

<sup>5</sup> O *corpus* pode ser acessado em <https://www.corpusdoportugues.org/>.

forma (neste caso, a sequência fonológica /deS/ e a informação de que ele deve se anexar a uma base verbal) e a seu significado (como sentido prototípico, o de ação reversa).

Como se percebe, a noção de construção gramatical abarca unidades linguísticas que podem variar em grau de preenchimento fonológico: a primeira construção, por exemplo, é inteiramente preenchida fonologicamente, ao passo que a segunda é parcialmente preenchida. Temos, ainda, construções inteiramente abstratas e, portanto, não preenchidas fonologicamente, como, por exemplo, o padrão sintático SUJ V OD OI (ilustrado por sentenças como *Lavínia deu um presente para a mãe*) e contornos prosódicos específicos (por exemplo, a entonação ascendente).

A despeito disso, sob a ótica construcionista, essas diferenças pouco importam. Todas essas unidades são, em última instância, construções gramaticais: pareamentos de forma e significado. Isso significa dizer que, embora possam diferir em alguns aspectos, palavras, padrões morfológicos, estruturas sintáticas inteiramente abstratas e contornos prosódicos são qualitativamente semelhantes.

Nesse sentido, sob a perspectiva da GC, assume-se que o léxico e a sintaxe não devem ser entendidos como módulos rigorosamente separados, mas sim como extremidades de um *continuum* de construções, que comporta desde elementos inteiramente concretos até padrões com elevado grau de abstração, como ilustra tabela a seguir.

Tabela 1 – *Continuum* léxico-sintaxe

<b>Tipo de construção</b>	<b>Exemplos</b>
Palavra	Sol
Padrão morfológico	Des-VERBO (ex.: desfazer)
Estrutura sintática aberta	SUJ V OD OI (ex.: Lavínia deu um presente para a mãe)
Contorno prosódico	Entonação ascendente

Fonte: Elaboração própria.

Outro princípio comum às diferentes vertentes da GC diz respeito a como essas construções estão organizadas. Todas as variantes da GC concordam que o conhecimento linguístico se estrutura como uma grande rede de construções gramaticais interconectadas: o *constructicon* (termo que resulta da soma de *lexicon* com *construction*, ou seja, um léxico de construções), e que essas construções se organizam em termos de relações taxonômicas, o que implica a existência de construções mais gerais/abstratas e de outras mais específicas/concretas.

Assim, é possível assumir que um falante do português brasileiro dispõe, em seu inventário construcional, tanto de construções concretas, como *falar bonito*, *sonhar alto* e *andar rápido*, quanto de construções mais abstratas, como VERBO + ADJETIVO ADVERBIAL. Podemos afirmar que a relação entre as três primeiras e esta última é de natureza taxonômica, justamente porque as construções mais específicas são subtipos da construção mais geral.

Resumidamente, a GC concebe a totalidade do conhecimento linguístico do falante como um inventário de construções gramaticais (o *constructicon*), as quais são interconectadas por meio de, pelo menos, relações taxonômicas. É necessário acrescentar, no entanto, que a GCBU (Goldberg, 1995; 2006; Bybee, 2008; 2010; Hilpert, 2014; Perek, 2015), vertente da GC a qual se filia a presente pesquisa, distingue-se das variantes formalistas do modelo por pelo menos dois princípios adicionais.

O primeiro princípio diz respeito à premissa de que a experiência linguística do falante – ou seja, o uso – afeta o conhecimento linguístico subjacente. Sob essa perspectiva, não existe conhecimento linguístico inato, sendo a totalidade do conhecimento linguístico do falante construída a partir do *input*, ainda que com o auxílio de habilidades inatas associadas à cognição geral. Além disso, a representação gramatical é constantemente moldada pela experiência, o que implica a possibilidade de representações redundantes na rede construcional, uma proposta que opõe a GCBU às vertentes formalistas da GC. Desse modo, sequências inteiramente previsíveis podem vir a ser representadas como construções independentes na rede construcional do falante, desde que sejam suficientemente frequentes.

O segundo princípio da GCBU se resume na ideia de que processos cognitivos gerais (isto é, não especificamente linguísticos) devem ser evocados para explicar fenômenos linguísticos e, inclusive, a estrutura gramatical. Desse modo, mecanismos psicológicos como a analogia, o *chunking*, a indução e a categorização são fundamentais, sob a ótica da GCBU, para explicar fenômenos como a mudança linguística, bem como a estrutura da rede construcional armazenada na mente do falante.

Resumidamente, a proposta da GCBU é a de que o conhecimento linguístico pode ser descrito como um inventário de construções interconectadas continuamente afetado pela experiência do falante e construído graças a processos cognitivos gerais. Como consequência, o modelo admite a representação redundante de informações em diferentes níveis.

A seguir, apresentaremos brevemente alguns conceitos pragmáticos que, como veremos adiante, se fazem relevantes para a descrição da construção idiomática em foco. Começamos pelos conceitos basilares de *pressuposição pragmática* e *asserção pragmática*. Para entendermos esses conceitos, vale recorrer à definição de Lambrecht (1994). Segundo o autor, a *asserção pragmática* (ou, simplesmente, *asserção*) é “a proposição expressa por uma sentença que se espera que o ouvinte passe a conhecer como resultado de ter ouvido a sentença” (p. 52, tradução nossa<sup>6</sup>), ao passo que a *pressuposição pragmática* (ou, simplesmente, *pressuposição*) é “o conjunto de proposições evocadas léxico-gramaticalmente em uma sentença, as quais o falante considera que o ouvinte já conhece ou está disposto a

---

<sup>6</sup> No original: “The proposition expressed by a sentence which the hearer is expected to know or take for granted as a result of hearing the sentence uttered” (Lambrecht, 1994; p. 52).



assumir como dadas no momento em que a sentença é enunciada” (p. 52, tradução nossa<sup>7</sup>). Como se observa, trata-se, no primeiro caso, de uma proposição *explícita*, expressa pelo uso da sentença, e, no segundo caso, de uma ou mais proposições *implícitas*, evocadas pela enunciação da sentença.

A título de ilustração, é possível supor que, ao enunciar uma sentença como “Meu cachorro é preto”, o falante espera que seu interlocutor passe a saber, como resultado de ter ouvido a sentença, que seu cachorro é de cor preta. Isso corresponde à *asserção* – a proposição *expressa* –, cujo significado emerge a partir da relação entre os componentes da sentença. Ao mesmo tempo, também é possível supor que o falante considera que seu interlocutor sabe que a proposição “Eu tenho um cachorro” é verdadeira, ou, ao menos, de acordo com a definição lambretchiana de *pressuposição*, está disposto a assumi-la como dada no momento da enunciação. Observe-se que, na enunciação de “Meu cachorro é preto”, o emprego do pronome possessivo “meu”, constituindo um sintagma nominal definido, dispara a ideia que o falante é proprietário de um cachorro. Nesse sentido, o fato de a proposição “Eu tenho um cachorro” ser evocada léxico-gramaticalmente pelo uso do pronome também a caracteriza como uma pressuposição pragmática. Neste artigo, argumentaremos que, na construção idiomática em foco, a sequência “vê/veja se” funciona, semelhantemente ao pronome possessivo “meu” no exemplo acima, como um disparador de pressuposição.

Para nossa análise, será relevante também o conceito de *atos de fala*. Segundo a teoria de Austin (1962), a linguagem é um instrumento de ação. Em sua obra original, o autor argumenta que a linguagem não é utilizada apenas para descrever o mundo, mas funciona, sobretudo, como uma forma de ação intencional. Sob essa perspectiva, ao se usar a linguagem, não apenas se *diz* alguma coisa, mas também se *faz* algo. Searle (1979) retoma as ideias desenvolvidas por Austin e propõe que a miríade de atos de fala possíveis nas línguas naturais – isto é, de ações que podem ser executadas por meio da linguagem – pode ser sistematizada em cinco atos: ato representativo ou assertivo, ato diretivo, ato comissivo, ato expressivo e ato declarativo, definindo sumariamente esses atos da seguinte forma: “Dizemos às pessoas como as coisas são (assertivo), tentamos levá-las a fazer coisas (diretivo), comprometemo-nos a fazer coisas (comissivo), expressamos nossos sentimentos e atitudes (expressivos) e provocamos mudanças no mundo por meio de nossas enunciações (declarativo)” (p. 8, tradução nossa<sup>8</sup>).

---

<sup>7</sup> No original: “The set of propositions lexicogrammatically evoked in a sentence which the speaker assumes the hearer already knows or is ready to take for granted at the time the sentence is uttered”. (Lambrecht, 1994, p. 52)

<sup>8</sup> No original: “We tell people how things are (Assertives), we try to get them to do things (Directives), we commit ourselves to doing things (Commissives), we express our feelings and attitudes (Expressives), and we bring about changes in the world through our utterances (Declarations)” (Searle, 1979, p. 8).

Embora seja dada a importância de todos esses atos na linguagem, vale antecipar que, para os propósitos deste trabalho, os atos diretivo e representativo serão particularmente relevantes. De forma mais detalhada, o ato diretivo é aquele por meio do qual o falante tenta levar seu interlocutor a executar determinada ação. Ele expressa o que o falante quer de seu interlocutor. Assim, ao enunciar uma sentença como “Me traz um copo d’água”, por exemplo, o falante manifesta um ato diretivo justamente por expressar algo que espera de seu interlocutor, tentando levá-lo a executar uma ação específica por meio de seu comando. Ordenar, pedir, cobrar, convidar, aconselhar e suplicar são alguns exemplos de atos diretivos. Já o ato representativo ou assertivo compromete o falante com a verdade da proposição expressa. Alguns exemplos de atos representativos são: concluir, deduzir, avaliar, criticar, constatar, descrever, postular, negar e afirmar. Assim, quando alguém afirma algo como “A Terra é plana”, por exemplo, está se comprometendo com o conteúdo expresso por esta proposição, que pode ser avaliada em termos de verdade ou falsidade. Por isso, dizemos que, neste caso, o falante realiza um ato representativo. Adiante veremos como esses dois atos se fazem relevantes para a descrição das construções em foco.

## Metodologia

Esta seção objetiva detalhar a metodologia adotada para alcançar os objetivos deste trabalho. Como apontado na introdução, propomo-nos a analisar e descrever uma construção idiomática do português brasileiro contemporâneo. Para isso, nosso método de investigação consiste em análise de *corpus*.

Todos os dados usados nesta pesquisa foram extraídos da versão *NOW*<sup>9</sup> (*News On Web*) do *Corpus do Português*, criado pelo professor Mark Davies, da Universidade Brigham Young (BYU, na sigla em inglês), que contém uma base de dados de 1,1 bilhão de palavras de jornais e revistas *on-line* publicados entre 2012 e 2019. Embora o *corpus* conte com a adição de textos de mais três países além do Brasil (a saber, Portugal, Angola e Moçambique), não há informações acerca da distribuição desse material pelo critério de origem geográfica. Sendo assim, vale apontar que não é possível saber se os dados se encontram em equilíbrio quantitativo no *corpus*.

Para a coleta dos dados, foram utilizados os comandos “vê se” e “veja se”, posteriormente acrescidos de asteriscos para contemplar a possibilidade de elementos intervenientes entre o verbo e o item “se” (“vê \* se” e “veja \* se” para 1 elemento interveniente, “vê \* \* se” e “veja \* \* se” para 2 elementos, e assim sucessivamente, até 5 elementos). Considerar essa possibilidade foi relevante para o nosso trabalho para contemplar a possibilidade de os dois primeiros elementos da construção em pauta (“vê/veja” e “se”) não

---

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.corpusdoportugues.org/now>.



aparecerem obrigatoriamente juntos. Além disso, a teoria adotada prevê que a repetição de sequências gera a formação de *chunks*, o que tende a limitar (embora não necessariamente proibir) a presença de itens de natureza variável entre os elementos gramaticais fixos. Assim, ao total, foram feitas 12 buscas no *corpus*, sendo 6 para instâncias com “vê” e 6 para instâncias com “veja”.

Após a coleta dos dados, separamos os usos idiomáticos (que são o foco deste estudo) dos não idiomáticos, agrupando os dados em duas categorias. Em seguida, os dados correspondentes a usos idiomáticos foram organizados em função dos seguintes parâmetros: flexão verbal (2ª ou 3ª pessoa, isto é, *vê* ou *veja*), e elementos intervenientes (presença x ausência, de forma binária). Concluída a etapa de classificação e posterior quantificação dos dados, passamos à etapa mais importante deste trabalho: a análise qualitativo-interpretativa detalhada de cada dado com o objetivo de descrever, de maneira sistemática, as propriedades formais e semântico-pragmáticas de cada construção idiomática com VÊ/VEJA SE S.

### Análise e discussão

Conforme já observamos, ambas as construções idiomáticas aqui focalizadas licenciam flexão verbal tanto de 2ª quanto de 3ª pessoa do singular (*vê* ou *veja*). Diante disso, passamos, agora, a mostrar de que maneira essas duas construções se comportam no que respeita a tais possibilidades de flexão. A tabela a seguir quantifica as ocorrências das duas construções idiomáticas com VÊ/VEJA SE S no século XXI, divididas de acordo com a flexão verbal:

Tabela 2 – Ocorrências de “vê” e “veja” nas construções idiomáticas

	Vê	Veja
<b>Construção de Repreensão Preventiva</b>	134	9
<b>Construção de Busca de Corroboração</b>	83	13
<b>Total</b>	217	22
	239	

Fonte: Elaboração própria.

Como se observa, há predominância da flexão de 2ª pessoa em relação à flexão de 3ª pessoa em ambas as construções (134 de 143 dados – aproximadamente 94% – na primeira construção, e 83 de 96 – aproximadamente 86% – na segunda). A esse respeito, é preciso compreender certas especificidades relativas à flexão de imperativo no PB atual. Quanto a isso, vale mencionar o trabalho de Andrade, Melo e Scherre (2007), que consiste em uma análise do imperativo em dados de revistas em quadrinhos da *Turma da Mônica*. Os autores apontam que, no final do século XX, há uma mudança clara de uso da forma imperativa nos diálogos das revistas analisadas, de modo que a forma associada ao subjuntivo (por exemplo,

“deixe”, “receba”, “abra”, “dê”, “diga”, “vá” etc.) cede a preferência para a forma associada ao indicativo<sup>10</sup> (por exemplo, “deixa”, “recebe”, “abre”, “dá”, “diz”, “vai” etc.), como mostra a tabela a seguir:

Tabela 3 – Emprego do imperativo associado à forma indicativa em revistas em quadrinhos da *Turma da Mônica* entre a década de 1970 e a primeira década do século XXI

Período	Frequência de imperativo associado à forma indicativa (deixa/recebe/abre/dá/diz/vai)
1970 e 1971	11/162 (7%)
1983	15/84 (18%)
1985 a 1988	279/490 (57%)
1998 e 1999	361/637 (57%)
2001, 2002, 2004 e 2005	1.642/2.272 (72%)

Fonte: Adaptado de Andrade, Melo e Scherre (2007).

Como se observa, ao longo do período investigado pelos autores, há um aumento gradativo no percentual de frequência do imperativo associado à forma indicativa, em detrimento daquele tipicamente associado ao subjuntivo. Com efeito, a frequência das formas indicativas passa de 7% dos dados no primeiro período considerado para 72% no último período, um aumento considerável de 65%.

Ainda no que diz respeito a essa questão, Scherre (2007), em outro estudo sobre o imperativo gramatical no PB, aponta que a variação entre as formas imperativas singulares está relacionada a um conjunto de diversas variáveis linguísticas e não-linguísticas, dentre as quais estão a formalidade e/ou natureza mais ou menos dialógica do evento discursivo e o número de sílabas do verbo na forma infinitiva. Especificamente, segundo alguns estudos mencionados pela autora (Lima, 2005; Scherre, 2004; Scherre *et al.*, 1998 *apud* Scherre, 2007), eventos de fala menos formais e de natureza explicitamente mais dialógica tendem a favorecer relativamente formas imperativas associadas ao indicativo – por exemplo, “vê”, em oposição a “veja”, que é uma forma associada ao subjuntivo. A autora aponta, ainda, que, de modo semelhante, os verbos de até duas sílabas (como “dar”, “ir”, “vir”, “olhar”, “ficar”, “abrir”) também favorecem as formas associadas ao indicativo, em detrimento daquelas associadas ao subjuntivo, que seriam favorecidas por verbos de mais de duas sílabas.

Diante desse conjunto de resultados, parece plausível argumentar que a predominância, no século XXI, da forma de 2ª pessoa “vê”, associada ao modo indicativo, sobre a forma de 3ª pessoa “veja”, associada ao subjuntivo, pode ser explicada, fundamentalmente, pela ampliação generalizada do emprego do imperativo associado ao indicativo entre o final do século XX e o início do século XXI, conforme atestado por Andrade,

<sup>10</sup> Para esclarecer essa associação do imperativo aos demais modos verbais, vale mencionar Cunha e Cintra (2013, pp. 332), que apontam que o modo imperativo se forma a partir de duas fontes: o presente do indicativo, para as pessoas de 'tu' e 'vós', retirando-se o -s final; e o presente do subjuntivo, para as demais pessoas.

Melo e Scherre (2007). Essa sugestão ganha ainda mais força quando se considera que as construções idiomáticas com VÊ/VEJA SE S apresentam precisamente as propriedades que, segundo Scherre (2007), favorecem, na atual sincronia, o imperativo associado à forma de indicativo: verbo com apenas uma sílaba (“ver”) e vinculação a contextos discursivos de natureza menos formal e explicitamente dialógica.

Como dissemos anteriormente, também sabíamos de antemão que os dois primeiros elementos das construções idiomáticas aqui focalizadas (“vê/veja” e “se”) não aparecem obrigatoriamente juntos. Diante disso, propusemo-nos a avaliar se há diferenças quanto a essa possibilidade de interveniência nas duas construções. A tabela abaixo sintetiza nossos resultados:

Tabela 4 – Ocorrências de elementos intervenientes nas construções por século

	Presença	Ausência
Construção de Repreensão Preventiva	0	143
Construção de Busca de Corroboração	7	89
Total	7	238
	239	

Fonte: Elaboração própria.

Como se observa, foi possível identificar a presença de elementos intervenientes apenas em instâncias de uma das construções idiomáticas – a Construção de Busca de Corroboração. Aparentemente, a construção admite que os itens “vê/veja” e “se” sejam interceptados por um outro elemento, com 7 ocorrências de um total de 96 dados. Vale apontar que, embora tenhamos assumido a possibilidade de até cinco elementos intervenientes, não houve casos com mais de um elemento. De fato, das 7 ocorrências de elementos intervenientes na construção, 6 apresentavam apenas o elemento “lá” e 1 exibía unicamente o elemento “bem”. Essas duas possibilidades estão ilustradas pelos dados a seguir:

- (7) É na beira da calçada fedendo a chorume que a gente cresce na vida. Às vezes, papai ia atrás de mim, queria me levar pra clínica. **Vê lá se eu ia tá em uma clínica bem na data de fazer o teste pro novo filme do Iberê.** Papai nunca entendeu de arte. (Corpus do Português, séc. XXI, grifo nosso).
- (8) O problema são os chefes, os engenheiros que viram que isso ia acontecer e não tomaram a decisão antes. Muita gente que tava lá dentro disse que a Vale colocou um plástico cercando ela [a barragem]. **Veja bem se um plástico ia resistir a uma coisa dessa aí.** Eles sabiam. (Corpus do Português, séc. XXI, grifo nosso).

Esses fatos apontam para uma maior *analísabilidade* da Construção de Busca de Corroboração em relação à de Repreensão Preventiva. A analisabilidade está relacionada à

possibilidade de reconhecer um componente de um todo como um elemento que existe também de forma independente desse todo. Bybee (2010) aponta que o licenciamento de elementos intervenientes é um dos diagnósticos para o grau de analisabilidade, já que, se o falante não conecta os componentes de um todo à sua “contraparte”, ele não reconhece esses componentes como manifestações de uma categoria mais abstrata e, como consequência, não concebe o todo como sendo formado por partes menores – e sim como um bloco indivisível. Em termos concretos, se o falante não conecta o “vê” ou “veja” das construções idiomáticas às formas verbais de imperativo “vê” e “veja”, ou não conecta o “se” da mesma construção a algum “se” presente em outra construção gramatical do *constructicon* do PB, ele passa a conceber a sequência como um todo maciço. Como consequência, ele tenderá a manter contíguos os elementos “vê” ou “veja” e “se”, evitando, assim, o emprego de elementos intervenientes.

É com base nesse critério que, à luz dos dados apresentados na tabela 4, torna-se possível supor que a Construção de Busca de Corroboração seja mais analisável que a Construção de Repreensão Preventiva. Isso significa assumir, em outras palavras, que, na Construção de Busca de Corroboração, o falante tende a associar, *em maior grau* (em comparação com a Construção de Repreensão Preventiva), o “vê” ou “veja” às respectivas formas verbais de imperativo e o “se” ao complementizador dubitativo “se”.

Agora, passaremos a uma descrição das propriedades formais e funcionais das construções, a começar pela de Repreensão Preventiva. Vejamos os dados abaixo:

- (9) “Já Gustavo Mito, que também mostrou simpatia na sala de imprensa, deu um recado mais duro ao grupo de repórteres assim que terminou sua coletiva. “E **vê se não distorcem o que falei**, viu?” (Corpus do Português, séc. XXI, grifo nosso).
- (10) “Largou o prato na mesa e proferiu um “**Vê se não vai beber de estômago vazio**”. Aquilo caiu como uma bomba de efeito moral.” (Corpus do Português, séc. XXI, grifo nosso).
- (11) “Vai trabalhar pra cuidar dos seus filhos, acordar cedo e esquecer de ficar em festa, pq se acordassem cedo pra trabalhar jamais estariam em festa até altas horas. E **vê se futuramente arrume um homem que seja mais calmo**.” (Corpus do Português, séc. XXI, grifo nosso).

Analisando esse conjunto de dados, é possível chegar a algumas generalizações formais acerca da construção. Primeiramente, pudemos identificar que os verbos da sentença completiva são necessariamente flexionados no tempo presente do modo indicativo (caso de 9), no tempo futuro do presente do modo indicativo (caso de 10) ou no modo imperativo (caso de 11). Quanto à pessoa, esses verbos recebem, flexão de 2ª ou 3ª pessoa, embora a

referência do sujeito seja, necessariamente, à 2ª pessoa do discurso, seja do singular (caso de 10 e 11), seja do plural (caso de 9).<sup>11</sup>

Além disso, a ausência de elementos entre as formas VÊ/VEJA e SE, discutida mais acima, sugere que estamos diante de um *chunk*. Como vimos, a teoria adotada prevê que a repetição de sequências gera a formação de *chunks*, o que tende a limitar a presença de itens entre os elementos gramaticais fixos. Aqui, argumentaremos que a sequência VÊ/VEJA SE compõe um todo indivisível responsável por disparar uma pressuposição. Esse *chunk* será aqui representado por colchetes, desta maneira: [VÊ/VEJA SE].

No que diz respeito ao polo funcional, é fácil perceber que a construção ilustrada por usos como (9) a (11) realiza um ato diretivo; isto é, ela é usada pelo falante para dirigir ao interlocutor um comando para que este realize, ou deixe de realizar, uma ação determinada, expressa pelo verbo da sentença que se segue ao *chunk* [VÊ/VEJA SE]. Em termos concretos, os usos (9) a (11) expressam comandos para que os interlocutores, respectivamente, *não distorçam o que foi falado pelo locutor, não beba de estômago vazio e arrume um homem que seja mais calmo*.

Além disso, sustentaremos, neste trabalho, que o emprego da construção em pauta só é pragmaticamente bem-sucedido em contextos nos quais o falante assume que o interlocutor já estava ciente de que deveria executar a ação denotada pela sentença que se segue à sequência [VÊ/VEJA SE]. Essa ideia pode ser formalizada a partir da noção de pressuposição. Sob essa ótica, é possível afirmar que o emprego da Construção de Repreensão Preventiva evoca a proposição pressuposta – ou, simplesmente, a pressuposição – de que *o interlocutor já sabe que cabe a ele realizar a ação denotada pela sentença que se segue à sequência [VÊ/VEJA SE]*. Essa proposição pode ser adequadamente caracterizada como uma pressuposição porque se trata de uma informação que o falante assume que o ouvinte já detém no momento da enunciação e que é evocada léxico-gramaticalmente (especificamente, pelo *chunk* [VÊ/VEJA SE]<sup>12</sup>).

Assim, parece possível assumir que essa construção se distingue das construções canônicas de imperativo por exibir uma condição específica de boa formação pragmática, que está relacionada a uma assunção do falante em relação aos estados mentais do ouvinte. A essa assunção – a avaliação de que o interlocutor já estava ciente de que deveria realizar a

---

<sup>11</sup> Dada essa variação formal e considerando o Princípio da Não-Sinonímia (Goldberg, 1995), que se traduz na ideia de que construções formalmente diferentes entre si devem apresentar também alguma diferença do ponto de vista semântico ou pragmático, reconhecemos que o modelo permitiria a postulação de construções mais concretas. No polo formal, essas construções apresentariam especificação de tempo verbal e flexão de pessoa do verbo da sentença que preenche o *slot* S, e, no polo funcional, alguma diferença significativa, a qual vale a pena ser investigada. Neste artigo, porém, optamos por descrever os polos formal e funcional de um padrão mais geral, abstraindo essas possíveis diferenças.

<sup>12</sup> É interessante ressaltar que, nesse caso, a proposição evocada se deve, sobretudo, ao fato de os itens VÊ/VEJA e SE não se comportarem como, respectivamente, verbo imperativo de percepção visual e complementizador dubitativo.

ação designada pelo verbo da sentença que se segue ao [VÊ/VEJA SE] – vamos nos referir, em nome da simplicidade e por razões didáticas, simplesmente como Pressuposto P.

Infelizmente, dados de *corpora* não fornecem evidências negativas. No entanto, com base na intuição de falantes, é possível, pelo menos, especular acerca de contextos pragmáticos em que a construção em pauta é malsucedida – o que pode funcionar como uma fonte útil de evidência, ainda que com todas as reservas necessárias. Aplicando essa proposta ao exemplo mencionado, sustentamos que o uso de “Vê se não distorcem o que eu falei” num contexto em que não estivesse dado, pelo menos sob a perspectiva do falante, que os jornalistas não deveriam distorcer o que foi dito pelo entrevistado, se caracterizaria como pragmaticamente malsucedido. Semelhantemente, o uso de “Vê se não vai beber de estômago vazio” num contexto em que não estivesse dado (mais uma vez, sob a perspectiva do falante) que não se deve beber de estômago vazio também seria pragmaticamente malsucedido. De igual modo, o uso de “Vê se futuramente arrume um homem mais calmo” num contexto em que o falante não pressupusesse que seu interlocutor já sabia que deveria arrumar um homem mais calmo seria pragmaticamente malsucedido da mesma forma.

A especificação de que a construção realiza um *ato diretivo* e a de que ela só é pragmaticamente bem-sucedida nas condições definidas pelo *Pressuposto P*, combinadas, têm potencial para fazer emergir uma inferência de que o falante acredita que o ouvinte provavelmente não faria o que lhe caberia fazer. Daí a necessidade de uma repreensão preventivamente, o que consideramos ser o valor semântico central da construção. A nosso ver, a ideia de o falante repreender preventivamente o interlocutor traduz melhor o que, de fato, a construção faz. À inferência sugerida que emerge a partir da realização de um ato diretivo no contexto específico do Pressuposto P, iremos nos referir, de forma simples, como IS-1.

Interessantemente, porém, a IS-1 está associada a uma segunda inferência sugerida, que está relacionada, fundamentalmente, a uma *avaliação negativa*, ou *desaprovação*, do *comportamento potencial do ouvinte*. O raciocínio que sustenta a emergência desse segundo significado inferencial é o seguinte: se o falante julga que o ouvinte não faria o que era esperado dele, então ele faz uma avaliação negativa do comportamento potencial desse ouvinte. A essa segunda inferência sugerida, iremos nos referir como IS-2.

Aplicando esse raciocínio ao exemplo em (9), temos a seguinte interpretação: uma vez que Gustavo Miotto declara algo que já estava dado que os jornalistas devessem fazer, ele revela sua expectativa de que provavelmente eles não o fariam (IS-1) – daí, claro, decorre a suposição de que era necessário repreendê-los preventivamente. Essa expectativa implica que Miotto *desaprova*, ou *avalia negativamente*, o comportamento potencial dos interlocutores (IS-2) – a saber, o comportamento, projetado por ele, de distorcer o que ele havia falado em entrevista.



Em resumo, o polo funcional da Construção de Repreensão Preventiva inclui as seguintes especificações: (i) realização de um ato diretivo; (ii) evocação do Pressuposto P; (iii) inferência de que o falante acredita que o ouvinte provavelmente não faria o que lhe caberia fazer (IS-1); e (iv) inferência de avaliação negativa do comportamento potencial do ouvinte (IS-2).

Passemos, agora, à descrição da Construção de Busca de Corroboração, a partir da observação dos dados abaixo:

- (12) Ninguém tem o direito de tirar a vida de outrem, mas se esse empresário, pai de família, conforme disse essa viúva, estivesse na igreja, ou em um local decente, será que isso teria ocorrido? **Vê se pai de família que se preze frequenta esse tipo de evento regado a drogas de todo tipo!** (Corpus do Português, grifo nosso).
- (13) A irmã de Hanna, Priscila dos Santos, se sentiu mal no momento da despedida e foi carregada para o gramado. "Liguei para o Samu e pedi um suporte. Eles me disseram que tinha de esperar passar mal primeiro. **Veja se tem cabimento isso**", reclamou José Raimundo Rocha, parente da motorista. (Corpus do Português, grifo nosso).

Primeiramente, conforme já discutido, a Construção de Busca de Corroboração, diferentemente daquela de Repreensão Preventiva, apresenta a possibilidade de interveniência dos elementos VÊ/VEJA e SE. No entanto, isso ocorreu poucas vezes (em apenas 8 dos 103 dados analisados). Uma vez que a repetição de sequência restringe, mas não proíbe, a presença de elementos intervenientes, sustentaremos aqui que, nessa construção, os elementos VÊ/VEJA e SE também compõem um *chunk* responsável por disparar uma pressuposição, assim como na primeira construção. Aqui, porém, a possibilidade de interveniência será representada no *chunk* com uma letra X entre parênteses, da seguinte forma: [VÊ/VEJA (X) SE].

No que diz respeito à semântica da construção, foi possível notar que ela realiza um ato representativo. Dito de outra maneira, usos como “Vê se pai de família que se preze frequenta esse tipo de evento regado a drogas de todo tipo” e “Veja se tem cabimento isso” (presentes, respectivamente, em (12) e (13)) se caracterizam como enunciados por meio dos quais o falante se compromete com a validade de uma proposição.

Conforme apontam Alves e Pinheiro (NO PRELO), a proposição com a qual o falante se compromete ao empregar essa construção corresponde à *negação* do conteúdo explícito da sequência que se segue ao VÊ/VEJA SE. Em outras palavras, o falante afirma a *falsidade* da crença evocada pela sentença S. Assim, ao enunciar “Vê se pai de família que se preze frequenta esse tipo de evento regado a drogas de todo tipo”, o falante se compromete com a validade da proposição “pai de família que se preze *não* frequenta esse tipo de evento regado a drogas de todo tipo” – ou, em outras palavras, afirma que a proposição “pai de família que se preze frequenta esse tipo de evento regado a drogas de todo tipo” é falsa. Da mesma

maneira, por meio de um uso como “Veja se tem cabimento isso”, o falante sustenta a posição de que isso *não* tem cabimento – ou, em outras palavras, de que a proposição “isso tem cabimento” é falsa.

Alves e Pinheiro (NO PRELO) apontam, ainda, que essa construção é utilizada para expressar a *discordância* do enunciador em relação a alguma crença atribuída por ele a um dado Sujeito de Consciência (SdC).<sup>13</sup> Notemos que a expressão de uma *discordância* envolve, necessariamente, um tipo de *avaliação negativa*: se uma pessoa discorda de outra, então ela avalia negativamente (isto é, como ruim, inadequada, etc.) a crença dessa outra pessoa. Aplicando essa proposta aos nossos exemplos, podemos presumir que, em (12), há uma discordância e, naturalmente, uma avaliação negativa do falante em relação à crença, atribuída à viúva, de que pai de família que se preze frequenta determinado tipo de evento regado a drogas. A construção é empregada, então, para marcar a rejeição do falante a essa ideia. Da mesma forma, em (13), o enunciador José Raimundo marca a discordância e, conseqüentemente, uma avaliação negativa em relação a uma crença, atribuída a atendentes do Samu, de que é necessário “passar mal” para receber algum tipo de suporte.

Podemos notar que a Construção de Discordância envolve, de forma crucial, o conceito de pressuposição. Afinal, se a construção é usada para expressar discordância em relação a uma crença atribuída a algum SdC, então seu emprego requer que o falante *assuma* – ou *pressuponha* – que o SdC em questão tem essa crença. Especificamente, argumentamos que o emprego dessa construção só é pragmaticamente bem-sucedido em contextos nos quais, segundo a avaliação do falante, *um SdC acredita em X, sendo X a proposição evocada pela sentença S*. A esse pressuposto, iremos nos referir, de modo informal, simplesmente como Pressuposto Q.

A fim de verificar essa proposta em dados concretos, voltemos aos exemplos (12) e (13). Em (12), podemos perceber que o fato de a viúva ter enunciado que seu marido que foi morto era pai de família sugere que ela acredita que seja razoável que um pai de família frequente determinado tipo de evento regado a drogas. De modo semelhante, em (13), o fato de correspondentes do Samu terem dito que era necessário que a pessoa passasse mal para receber suporte revela que eles acreditam que, de fato, não há nenhum problema em se negar a oferecer ajuda a uma pessoa que a eles recorrerem. A título de síntese, então, a proposta desenvolvida até aqui pode ser formalizada nos seguintes termos: o uso da Construção de Busca de Corroboração *pressupõe* que um SdC acredita em X, sendo X a proposição evocada pela sentença S, ao mesmo tempo em que *afirma* a falsidade de X (o que equivale, em outras palavras, a marcar a discordância do falante em relação a X).

---

<sup>13</sup> Vale apontar que os autores consideram ser essa a função primária da construção. Aqui, argumentaremos que embora essa ideia de discordância se faça presente, a função primária de construção é a de convidar o interlocutor a se alinhar a uma posição de discordância (e não, simplesmente, a de expressar essa discordância, como propunham os autores). Isso justifica nossa opção por alterar o rótulo informal da construção.

Neste ponto, cabe uma observação. Percebemos que a crença em relação à qual o falante expressa discordância é atribuída a um SdC que não o interlocutor. Em (12), a crença de que pai de família que se preze frequenta eventos regados a drogas não é atribuída ao interlocutor, e sim à viúva do homem assassinado, que não está presente na situação comunicativa. Do mesmo modo, em (13), como vimos, José Raimundo expressa sua discordância em relação a uma crença atribuída a correspondentes do Samu, que não são seus interlocutores no momento da enunciação. Argumentamos aqui que isso traduz a função principal da construção, qual seja o convite para a corroboração de sua posição de discordância, de modo que o falante, quando usa a construção, não só expressa discordância ao afirmar a falsidade da crença atribuída a um SdC, como também assume (ou, mais uma vez, pressupõe) que o interlocutor concorda com sua posição e, portanto, busca corroborá-la. A essa segunda pressuposição, nos referiremos, de forma simples, como Pressuposto R.

Nesse sentido, agora em termos mais concretos, podemos dizer que, em (12), o enunciador não apenas expressa sua discordância em relação à crença de que é aceitável que pai de família frequente eventos regados a drogas, como também pressupõe que seu interlocutor se alinha à sua posição de que, de fato, isso não é aceitável, buscando, no fim das contas, a corroboração dessa posição pressuposta. Em (13), semelhantemente, o enunciador não só expressa sua discordância em relação à crença de que é razoável que o Samu se recuse a oferecer suporte a uma pessoa devido ao fato de ela não estar passando mal, mas também assume que o interlocutor concorda com sua posição contrária a essa, buscando, mais uma vez, a corroboração do interlocutor. Isso significa que a construção produz um efeito semelhante a marcadores discursivos do tipo “não é mesmo?”, que também pressupõem a concordância do interlocutor. Assim, paráfrases aproximadas das sequências com VÊ/VEJA SE S em (12) e (13) seriam algo como: “Pai de família que se preze não frequenta esse tipo de evento regado a drogas, não é mesmo?” e “Isso não tem cabimento, não é mesmo?”

Em síntese, argumentamos aqui que o polo funcional da Construção de Busca de Corroboração inclui, fundamentalmente, quatro especificações: (i) realização de um ato de fala representativo; (ii) semântica de discordância (ou avaliação negativa) de crença atribuída a um dado SdC; (iii) evocação dos Pressupostos Q e R; e (iv) busca de corroboração do pressuposto R.

Dada a similaridade formal, identificada já na introdução deste artigo, entre as construções aqui investigadas, e considerando o Princípio da Motivação Maximizada (GOLDBERG, 1995), segundo o qual duas construções sintaticamente relacionadas podem ser motivadas semântica ou pragmaticamente, é possível postular a existência de um padrão construcional mais abstrato. Com efeito, as Construções de Repreensão Preventiva e de Busca de Corroboração, além de manifestarem uma sequência superficial quase idêntica,

com a diferença da possibilidade de interveniência para a segunda construção, parecem carregar um sentido de *avaliação negativa*.

Como vimos, uma inferência presente na Construção de Repreensão Preventiva sugere a ideia de que o falante *avalia negativamente* seu interlocutor ao dar um comando para que faça algo que já sabia que deveria ser feito, revelando sua incredulidade em relação à realização da ação. Na Construção de Busca de Corroboração, por outro lado, o fato de o falante enunciar a falsidade de uma crença atribuída a um dado SdC, expressando sua discordância em relação a ela e buscando a corroboração do interlocutor em relação à sua posição de discordância, também sugere que ele a *avalia negativamente*. Assim, seria possível propor uma construção mais abstrata da qual estas aqui analisadas herdariam propriedades. No polo da forma, a construção-mãe preservaria a sequência [VÊ/VEJA SE] S e, no polo do significado, a semântica de avaliação negativa.

### Considerações finais

Este trabalho se insere no campo dos estudos construcionistas sobre idiomatismos sintáticos. Buscamos descrever os padrões aos quais nos referimos informalmente como Construção de Repreensão Preventiva e Construção de Busca de Corroboração no português brasileiro contemporâneo. Uma análise de dados coletados no *Corpus* do Português revelou que a Construção de Repreensão Preventiva é composta por um *chunk* [VÊ/VEJA SE] seguido de uma sentença e exibe uma restrição em relação à referência do sujeito, à flexão de pessoa e ao tempo verbal do predador que preenche o *slot* sentencial. Especificamente, a construção admite predadores flexionados na 2ª ou 3ª pessoa do singular ou plural, com referência, necessariamente, à 2ª pessoa do discurso, nos tempos presente ou futuro do indicativo ou no modo imperativo. Quanto à função, a construção manifesta um ato diretivo de comando para a realização de uma ação que, ao menos sob a perspectiva do falante, o interlocutor já sabia que deveria realizar, produzindo como efeito um valor semântico de avaliação negativa de um comportamento potencial. Já a Construção de Busca de corroboração se mostra mais analisável que a primeira, na medida em que admite elementos intervenientes no *chunk* [VÊ/VEJA SE] e não apresenta restrições quanto ao predador da sentença nem quanto à referência do sujeito. No que diz respeito à função, a construção busca corroborar uma posição de discordância a partir de um ato representativo em que se afirma a falsidade da proposição denotada pela sentença S, além da semântica de avaliação negativa de uma crença atribuída a um Sujeito de Consciência. A partir dessa análise, foi possível postular a existência de uma construção mais abstrata que, do ponto de vista da forma, exibe a sequência [VÊ/VEJA SE] S e, do ponto de vista do significado, preserva a semântica de avaliação negativa.

Este estudo, porém, deixa alguns caminhos a serem explorados. Um dos possíveis desdobramentos da pesquisa, dada a natureza inegavelmente intersubjetiva das construções em foco, é a análise de sua trajetória diacrônica à luz do tema da (inter)subjetividade (Langacker, 1991; Traugott; Dasher, 2002; Verhagen, 2005; Tantucci, 2020; 2021), entendida como uma dimensão da linguagem humana em que o significado reside no gerenciamento mútuo de ações conjuntas. Acreditamos, ainda, que esta pesquisa pode abrir caminhos para o estudo de construções gramaticais que se mostrem, em alguma medida, análogas aos padrões que estudamos aqui. A esse respeito, temos em mente esquemas como, por exemplo, a construções ONDE QUE X? (como em “Onde que isso é jeito de tratar a mãe?!”) e ONDE JÁ SE VIU X? (como em “Onde já se viu tratar a mãe desse jeito?!”). Vale notar que, assim como os padrões idiomáticos com [VÊ/VEJA SE] S, essas duas construções também exibem, simultaneamente, irregularidade (do ponto de vista da forma) e função intersubjetiva (do ponto de vista do significado). Acreditamos que investigar essa família de construções é um caminho promissor (e ainda inexplorado) de pesquisa no que diz respeito à gramática do PB.

## Referências

- ALVES, D. O.; PINHEIRO, D. O. R.; LEITE DE OLIVEIRA, D. “Vê se lê este artigo”: o surgimento de uma construção idiomática com VÊ/VEJA SE S no português brasileiro. **Revista Linguística**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 303-323, 2023.
- ALVES, D. O.; PINHEIRO, D. O. R. Analogização e o surgimento de uma nova construção idiomática com VÊ/VEJA SE S no português brasileiro. **Estudos Linguísticos e Literários**, Salvador, no prelo.
- ANDRADE, C. Q.; MELO, F. G. de; SCHERRE, M. M. P. História e variação lingüística: um estudo em tempo real do imperativo gramatical em revistas em quadrinhos da Turma da Mônica. **Finos Leitores: Jornal de Letras**, Brasília, v. 3, n. 1, 2007.
- AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. Oxford: Oxford University Press, 1962.
- BROWN, P.; LEVINSON, S. **Politeness: some universals of language usage**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- BYBEE, J. Usage-based grammar and second language acquisition. In: ELLIS, N. C.; ROBINSON, P. (eds.). **Handbook of Cognitive Linguistics and Second Language Acquisition**. London: Routledge, 2008. p. 216-236.
- BYBEE, J. **Language, usage and cognition**. Cambridge: United Kingdom University Press, 2010.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.
- FILLMORE, C. **Syntatic Intrusions and The Notion of Grammatical Construction**. Proceedings of the 11<sup>th</sup> Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society, 1985. p. 73-86.

FILLMORE, C.; KAY, P.; O'CONNOR, C. Regularity and Idiomaticity in Grammatical Constructions: The Case of Let Alone. **Language**, n. 64, p. 501-538, 1988.

GOLDBERG, A. **A construction grammar approach to argument structure**. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

GOLDBERG, A. **Constructions at Work: The Nature of Generalization in Language**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

HILPERT, Martin. **Construction Grammar and Its Application to English**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2014.

LAKOFF, G. **Women, fire and dangerous things: what categories reveal about mind**. Chicago: University Chicago Press, 1987.

LAMBRECHT, K. **Information structure and sentence form: A theory of topic, focus, and the mental representations of discourse referents**. Cambridge: Cambridge University Press, Cambridge Studies in Linguistics, vol. 71, 1994.

LANGACKER, R. **Foundations of Cognitive Grammar**, vol. 2, Descriptive Application. California: Stanford University Press, 1991.

MAAT, H. P.; SANDERS, T. Subjectivity in causal connectives: An empirical study of language in use. **Cognitive Linguistics**, v. 12, n. 3, p. 247-273, 2001.

PEREK, F. **Argument Structure in Usage-based Construction Grammar: Experimental and Corpus-based Perspectives**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2015.

SANDERS, J.; SANDERS, T.; SWEETSER, E. Causality, cognition and communication: A mental spaces analysis of subjectivity in causal connectives. **Discourse Processes**, v. 45, n. 1, p. 1-22, 2009.

SANDERS, T.; SWEETSER, E. Causal categories in discourse and cognition: Sources of coherence in text and mind. **Discourse Studies**, v. 14, n. 3, p. 209-228, 2012.

SCHERRE, M. M. P. Aspectos sincrônicos e diacrônicos do imperativo gramatical no português brasileiro. **Alfa**, v. 51, n. 1, p. 189-222, 2007.

SEARLE, J. **Expression and meaning: studies in the Theory of Speech Acts**. New York: Cambridge University Press, 1979.

TANTUCCI, V. From co-actionality to extended intersubjectivity: Drawing on language change and ontogenetic development. **Applied Linguistics**, v. 41, n. 2, p. 185-214, 2020.

TANTUCCI, V. **Language and social minds: The semantics and pragmatics of intersubjectivity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

TRAUGOTT, E.; DASHER, R. **Regularity in semantic change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

TRAUGOTT, E.; TROUSDALE, G. **Constructionalization and constructional changes**. New York: Oxford University Press, 2013.



VERHAGEN, A. **Constructions of Intersubjectivity**: Discourse, Syntax and Cognition. Oxford: Oxford University Press, 2005.

### Sobre os autores

*Dennis de Oliveira Alves*

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3529-9623>

Doutorando em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde cursou também o Mestrado em Linguística e a Licenciatura em Letras - Português/Latim. Atua como professor de Língua Portuguesa na Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME/RJ).

*Diogo Oliveira Ramires Pinheiro*

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2403-5040>

Tem doutorado em Linguística e mestrado em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É Professor Adjunto da UFRJ, membro titular do Programa de Pós-graduação em Linguística da UFRJ. Atuou como Pesquisador Visitante na Universidade de Lancaster (Reino Unido), onde realizou estágio de pós-doutoramento.

Recebido em jun. 2024.

Aprovado em nov. 2024.